

No. 34732

**Brazil
and
Canada**

**Treaty on transfer of offenders between the Federative Republic of Brazil and
Canada. Brasília, 15 July 1992**

**Entry into force: 16 May 1998 by the exchange of instruments of ratification, in
accordance with article X**

Authentic texts: English, French and Portuguese

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 23 June 1998

**Brésil
et
Canada**

**Traité sur le transfèrement des délinquants entre la République fédérative du Brésil
et le Canada. Brasília, 15 juillet 1992**

**Entrée en vigueur : 16 mai 1998 par échange des instruments de ratification,
conformément à l'article X**

Textes authentiques : anglais, français et portugais

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 23 juin 1998

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

TRATADO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE PRESOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO CANADÁ

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Canadá,
(doravante denominados "Partes"),

Desejosos de promover a reabilitação social de presos permitindo que eles cumpram suas penas no país do qual são nacionais,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. As penas impostas a nacionais do Canadá na República Federativa do Brasil poderão ser cumpridas de acordo com as disposições do presente Tratado.

2. As penas impostas no Canadá a nacionais da República Federativa do Brasil poderão ser cumpridas de acordo com as disposições do presente Tratado.

ARTIGO II

Para os fins do presente Tratado,

- a) o termo "Estado Remetente" se refere à Parte da qual o preso é transferido;
- b) o termo "Estado Recebedor" se refere à Parte para a qual o preso é transferido;
- c) o termo "nacional" se refere, no caso do Canadá, a um cidadão canadense;
- d) o termo "nacional" se refere, no caso do Brasil, a um brasileiro, como definido pela Constituição Brasileira;

- e) o termo "preso" se refere a uma pessoa julgada culpada por um crime e condenada no território de uma das Partes.

ARTIGO III

A aplicação do presente Tratado ficará sujeita às seguintes condições:

- a) o crime pelo qual a pena foi imposta também deve constituir infração criminal no Estado Receptor;
- b) o preso deverá ser nacional do Estado Receptor;
- c) na ocasião da apresentação do pedido especificado no parágrafo 3 do artigo V, devem restar pelo menos seis meses de pena por cumprir;
- d) que não esteja pendente de julgamento qualquer recurso em relação à condenação imposta ao preso no Estado Remetente ou que tenha expirado o prazo para a interposição de recurso.

ARTIGO IV

Cada Parte deverá designar uma autoridade responsável pelo desempenho das funções estabelecidas no âmbito do presente Tratado.

ARTIGO V

1. Cada Parte deverá explicar o teor do presente Tratado a qualquer preso ao qual o mesmo possa aplicar-se.

2. Qualquer transferência de presos no âmbito do presente Tratado deverá ser efetuada por iniciativa do Estado Remetente. Nenhuma das disposições do presente Tratado deverá ser interpretada como impedimento a que um preso apresente pedido de transferência ao Estado Remetente.

3. Se um preso solicitar transferência e o Estado Remetente aprová-la, o Estado Remetente deverá transmitir o pedido ao Estado Receptor por via diplomática.

4. Se o Estado Receptor aprovar um pedido, deverá notificar o Estado Remetente da sua decisão e tomar as medidas necessárias para efetuar a transferência; caso contrário, deverá informar o Estado Remetente da sua recusa, sem demora.

5. Ao tomar uma decisão relativa a uma transferência, cada Parte deverá considerar todos os fatores que possam contribuir para promover a reabilitação do preso.

6. Se o pedido de transferência for aceito pelo Estado Receptor, o Estado Remetente dará oportunidade ao Estado Receptor, se este assim o desejar, de verificar, antes da transferência, se o consentimento do preso foi manifestado com amplo conhecimento de causa.

7. Não deverá ser efetuada a transferência de qualquer preso a menos que sua pena seja de duração exequível no Estado Receptor, ou a menos que essa pena seja convertida, pelas autoridades competentes do Estado Receptor, a uma duração exequível nesse Estado.

8. O Estado Remetente deverá apresentar uma declaração ao Estado Receptor indicando o delito pelo qual o preso foi condenado, a duração da pena e o tempo já cumprido, inclusive, todo o período de detenção anterior ao julgamento. A declaração deverá conter ainda um relatório pormenorizado do comportamento do preso em detenção, no sentido de se determinar a qualificação do mesmo para gozar benefícios previstos na legislação do Estado Receptor. Essa declaração deverá ser traduzida para o idioma do Estado Receptor e devidamente autenticada. O Estado Remetente também deverá apresentar ao Estado Receptor uma cópia autêntica da sentença emitida pela autoridade judicial competente, e das alterações nela efetuadas. Deverá, ainda, fornecer quaisquer outras informações que possam ajudar o Estado Receptor a determinar como melhor tratar o preso no sentido de promover a sua reabilitação social.

9. O Estado Receptor poderá solicitar informações adicionais se considerar que os documentos fornecidos pelo Estado Remetente não permitem que ele cumpra as disposições do presente Tratado.

10. Cada Parte deverá tomar as medidas legislativas necessárias e, se for preciso, estabelecer procedimentos adequados com vistas a dar, para os fins do presente Tratado, efeito legal dentro de seu território às sentenças pronunciadas por tribunais da outra Parte.

ARTIGO VI

1. O Estado Remetente deverá transferir o preso para o Estado Receptor em local acordado entre as Partes. O Estado Receptor se responsabilizará pela custódia e transporte do preso para a penitenciária ou local onde a pena deva ser cumprida; e para cada caso, conforme a necessidade, o Estado Receptor solicitará a cooperação de terceiros países no sentido de permitir o trânsito do preso através de seus territórios. Em casos especiais, mediante acordo entre ambas as Partes, o Estado Remetente deverá prestar assistência em relação às mencionadas solicitações feitas pelo Estado Receptor.

2. O Estado Receptor se responsabilizará por todas as despesas relacionadas com o preso a partir do momento em que este passe à sua custódia.

3. A complementação da pena imposta a um preso que tenha sido transferido deverá observar a legislação e os procedimentos do Estado Receptor. O Estado Remetente, entretanto, reservar-se-á o direito de perdoar a pena ou anistiar o preso, e o Estado Receptor deverá pôr em liberdade o preso imediatamente após o recebimento da notificação de tal perdão ou anistia.

4. A sentença prolatada pelo Estado Remetente não poderá, sob quaisquer circunstâncias, ser aumentada ou agravada pelo Estado Receptor.

5. Por solicitação de uma das Partes, a outra Parte deverá apresentar um relatório sobre a situação de confinamento de qualquer preso transferido no âmbito do presente Tratado, incluindo, particularmente, liberdade condicional ou soltura.

6. Salvo disposição em contrário no presente Tratado, o preso transferido de acordo com as disposições deste Tratado não será privado de qualquer direito por força da legislação do Estado Receptor, além daqueles que o fato da condenação do preso possa ter criado.

ARTIGO VII

Somente o Estado Remetente terá competência para julgar qualquer recurso ou solicitação de reforma de decisão de um julgamento proferido por autoridades judiciárias. Mediante o recebimento da devida notificação do Estado Remetente, o Estado Receptor deverá comprometer-se a pôr em vigor as mudanças introduzidas na pena que estiver sendo cumprida.

ARTIGO VIII

O preso transferido de acordo com os termos do presente Tratado não poderá ser detido, julgado ou sentenciado no Estado Receptor pelo mesmo crime que deu origem à pena.

ARTIGO IX

1. O presente Tratado poderá estender-se a pessoas sujeitas a medidas de vigilância e de qualquer outra natureza, de acordo com a legislação de uma das Partes relativa a menores infratores. As Partes deverão, em conformidade com suas legislações, acordar o tipo de tratamento a ser dispensado a tais indivíduos no caso de transferência. O consentimento para a transferência deverá ser obtido junto à pessoa legalmente autorizada.

2. Nenhuma das disposições do presente Tratado deverá ser interpretada como fator limitante da capacidade que as Partes possam ter, independentemente do presente Tratado, de outorgar ou aceitar a transferência de menores infratores ou de outros presos.

ARTIGO X

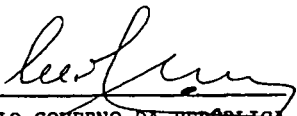
1. O presente Tratado ficará sujeito a ratificação. A troca de instrumentos de ratificação deverá ser efetuada no Brasil.

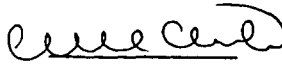
2. O presente Tratado entrará em vigor trinta (30) dias após a troca de instrumentos de ratificação e permanecerá em vigor durante um período de três anos.

3. Caso nenhuma das Partes notifique à outra, por via diplomática, de sua intenção de denúncia pelo menos noventa (90) dias antes da expiração do período acima mencionado, o presente Tratado permanecerá em vigor por períodos sucessivos de três anos.

4. Em caso de denúncia do presente Tratado, suas disposições permanecerão em vigor em relação aos presos que, ao amparo das mesmas, houverem sido transferidos, até o término das respectivas penas.

Feito em Brasília, aos 15 dias do mês de julho de 1992, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa, inglesa e francesa, sendo os três textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL


PELO GOVERNO DO
CANADÁ

[ENGLISH TEXT — TEXTE ANGLAIS]

TREATY ON TRANSFER OF OFFENDERS BETWEEN THE FEDERATIVE
REPUBLIC OF BRAZIL AND CANADA

The Governments of the Federative Republic of Brazil and Canada, desirous of furthering the social rehabilitation of offenders by permitting them to serve their sentences in the country of which they are nationals,

Have agreed as follows:

Article I

1. Sentences imposed on nationals of Canada in the Federative Republic of Brazil may be served in accordance with the provisions of this Treaty.

2. Sentences imposed in Canada on nationals of the Federative Republic of Brazil may be served in accordance with the provisions of this Treaty.

Article II

For purposes of the present Treaty,

- a) "Sending State" means the Party from which the offender is transferred.
- b) "Receiving State" means the Party to which the offender is transferred.
- c) A "national" means, in the case of Canada, a Canadian citizen.
- d) A "national" means, in the case of Brazil, a Brazilian as defined by the Brazilian Constitution.
- e) "Offender" means a person who has been convicted of a crime and sentenced in the territory of one of the Parties.

Article III

Application of the present Treaty shall be subject to the following conditions:

- a) The offence for which the sentence was imposed must also constitute a criminal offence in the Receiving State.
- b) The offender must be a national of the Receiving State.
- c) At the time the request specified in paragraph (3) of Article V is made, at least six months of the sentence must remain to be served.
- d) That no proceeding by way of appeal or of collateral attack upon the offender's conviction or sentence is pending in the Sending State and that the prescribed time for appeal of the offender's conviction or sentence has expired.

Article IV

Each Party shall designate an Authority responsible for carrying out the functions set forth under this Treaty.

Article V

1. Each Party shall explain the substance of the present Treaty to any offender to whom it may apply.

2. Any transfer of offenders made under the present Treaty shall be at the initiative of the Sending State. No provision of this Treaty shall be construed as preventing an offender from submitting to the Sending State a petition for transfer.

3. If an offender requests a transfer and the Sending State approves it, the Sending State shall transmit the request to the Receiving State through diplomatic channels.

4. If the Receiving State approves a request, it shall notify the Sending State and take the necessary measures to effect the transfer; otherwise, it shall inform the Sending State of its refusal without delay.

5. In reaching their decision concerning a transfer, each Party shall consider all factors that may contribute to the offender's rehabilitation.

6. If the Receiving State approves a transfer, the Sending State shall afford an opportunity to the Receiving State, if it so desires, to verify, prior to the transfer, the offender's informed consent to the transfer.

7. No offender shall be transferred unless the sentence is of a duration, or converted to a duration by appropriate authorities in the Receiving State, that is enforceable in the Receiving State.

8. The Sending State shall provide the Receiving State with a statement indicating the offence of which the offender has been convicted, the duration of the sentence, and the amount of time already served, including any pre-trial detention; and containing as well a report with particulars of the offender's behaviour while incarcerated, for purposes of determining eligibility for benefits afforded under the laws of the Receiving State. This statement shall be translated into the language of the Receiving State and duly authenticated. The Sending State shall also provide the Receiving State with a certified copy of the sentence handed down by the competent judicial authority, together with any amendments thereto. It shall also provide any other information that may help the Receiving State determine how best to treat the offender in order to bring about the offender's social rehabilitation.

9. The Receiving State may request additional information where it considers that the documents supplied by the Sending State do not enable it to carry out the provisions of this Treaty.

10. Each Party shall take the necessary legislative measures and, where required, shall establish adequate procedures, to give, for the purposes of this Treaty, legal effect within its territory to sentences pronounced by courts of the other Party.

Article VI

1. The Sending State shall hand over an offender to the Receiving State at a place agreed to by the Parties. The Receiving State shall be responsible for the custody and transport of an offender to the prison or place where the sentence should be completed; and in each case, as necessary, the Receiving State shall request the cooperation of third countries for transit of an offender through their territories. In special cases, by agreement between both Parties, the Sending State shall assist in said requests made by the Receiving State.

2. The Receiving State shall be responsible for all expenses incurred with respect to an offender from the time when the offender passes into its custody.

3. The completion of the sentence of an offender who has been transferred shall be in accordance with the laws and procedures of the Receiving State. However, the Sending State shall retain the right to pardon or grant amnesty to the offender, and the Receiving State shall release the offender immediately upon receiving notification of such pardon or amnesty.

4. Under no circumstances may the sentence handed down by the Sending State be increased or extended by the Receiving State.

5. At the request of one of the Parties, the other Party shall provide a report on the status of confinement of any offender transferred under this Treaty, including in particular parole or release.

6. Except as otherwise provided in this Treaty, an offender transferred under the provisions of this Treaty shall not be deprived of any rights under the laws of the Receiving State beyond those which the fact of the offender's conviction may in and of itself have created.

Article VII

The Sending State alone shall have jurisdiction over any appeal or application for reversal of a judgment handed down by its courts. Upon receipt of due notice from the Sending State, the Receiving State undertakes to enforce any changes made to the sentence being served.

Article VIII

An offender transferred under the terms of this Treaty may not be arrested, tried or sentenced in the Receiving State for the same offence which gave rise to the sentence.

Article IX

1. This Treaty may be extended to persons subject to supervision or other measures under the laws of one of the Parties relating to youthful offenders. The Parties shall, in accordance with their laws, agree to the type of treatment to be accorded such individuals upon transfer. Consent for the transfer shall be obtained from the legally authorized person.

2. Nothing in this Treaty shall be interpreted to limit the ability which the Parties may have, independent of this Treaty, to grant or accept the transfer of youthful or other offenders.

Article X

1. The present Treaty shall be subject to ratification. The exchange of instruments of ratification shall take place in Brazil.

2. The present Treaty shall enter into force thirty (30) days after the exchange of instruments of ratification and shall remain in effect for a period of three years.

3. If neither Party notifies the other of its intention to withdraw at least ninety (90) days before the expiration of the above-mentioned period, this Treaty shall remain in force for successive three-year periods.

4. In the event that either Party withdraws from the present Treaty, its provisions shall remain in force in respect of those offenders who have already been transferred, until the completion of their respective sentences.

Done in duplicate in the English, French and Portuguese languages, each version being equally authentic, at Brasília, this 15th day of July 1992.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

MÁRCIO NUNES CAMBRAIA

For the Government of Canada:

BRIAN F. WILKIN

[FRENCH TEXT — TEXTE FRANÇAIS]

TRAITÉ SUR LE TRANSFÈREMENT DES DÉLINQUANTS ENTRE LA RÉ-
PUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE CANADA

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement du Canada,

Désireux de favoriser la réinsertion sociale des délinquants en leur permettant de purger leur peine dans le pays dont ils possèdent la nationalité,

Sont convenus de ce qui suit :

Article I

1. Les peines imposées à des nationaux du Canada dans la République fédérative du Brésil peuvent être purgées conformément aux dispositions du présent Traité.

2. Les peines imposées au Canada à des nationaux de la République fédérative du Brésil peuvent être purgées conformément aux dispositions du présent Traité.

Article II

Aux fins du présent Traité,

- a) "État d'envoi" désigne la Partie d'où est transféré le délinquant.
- b) "État d'accueil" désigne la Partie à laquelle le délinquant est transféré.
- c) "National" désigne, dans le cas du Canada, un citoyen canadien.
- d) "National" désigne, dans le cas du Brésil, un Brésilien tel qu'il est défini dans la Constitution brésilienne.
- e) "Délinquant" désigne une personne qui a été reconnue coupable d'un crime et condamnée à l'intérieur du territoire de l'une des Parties.

Article III

L'application du présent Traité est assujettie aux conditions suivantes :

- a) L'infraction pour laquelle la peine a été imposée doit également constituer une infraction criminelle dans l'État d'accueil.
- b) Le délinquant doit être un national de l'État d'accueil.
- c) Il doit rester au moins six mois à purger au moment où est présentée la demande visée au paragraphe (3) de l'Article V.
- d) Aucun recours par voie d'appel ou voie subsidiaire contre la déclaration de culpabilité ou la sentence ne doit être pendant dans l'État d'envoi, et le délai prescrit pour en appeler de la déclaration de culpabilité ou de la sentence doit être expiré.

Article IV

Chaque Partie désigne une Autorité chargée de l'exécution des fonctions prévues dans le présent Traité.

Article V

1. Chaque Partie doit expliquer la teneur du présent Traité à tout délinquant auquel celui-ci peut s'appliquer.

2. Tout transfèrement de délinquants en vertu du présent Traité s'effectue à l'initiative de l'État d'envoi. Aucune disposition du présent Traité ne doit être interprétée comme empêchant un délinquant de soumettre à l'État d'envoi une demande en vue de son transfèrement.

3. Si l'État d'envoi approuve une demande de transfèrement qui lui est soumise par un délinquant, il la communique à l'État d'accueil par la voie diplomatique.

4. Si l'État d'accueil accepte la demande, il en avise l'État d'envoi et prend les mesures voulues pour effectuer le transfèrement; dans le cas contraire, il informe sans délai l'État d'envoi de son refus.

5. Lorsqu'elles prennent leur décision quant à un transfèrement demandé, les Parties tiennent compte de tous les facteurs susceptibles de contribuer à la réinsertion sociale du délinquant concerné.

6. Si la demande de transfèrement est acceptée par l'État d'accueil, l'État d'envoi donne à l'État d'accueil, s'il le désire, la possibilité de vérifier, avant le transfèrement, que le consentement du délinquant a été donné en toute connaissance de cause.

7. Aucun transfèrement n'intervient à moins que la peine ne soit d'une durée telle, ou ne soit convertie par les autorités compétentes de l'État d'accueil en une durée telle qu'elle puisse être exécutée dans cet État.

8. L'État d'envoi fournit à l'État d'accueil une déclaration indiquant l'infraction dont le délinquant a été reconnu coupable, la durée de la peine ainsi que la période déjà purgée, y compris [toute] période de détention antérieure au procès, et détaillant sa conduite en détention, en vue de déterminer si celui-ci peut bénéficier des avantages offerts par la législation de l'État d'accueil. La déclaration doit être traduite dans la langue de l'État d'accueil et dûment authentifiée. L'État d'envoi doit également fournir à l'État d'accueil une copie certifiée conforme de la sentence prononcée par l'autorité judiciaire compétente et des modifications apportées, ainsi que toute autre information pouvant aider ce dernier État à décider du meilleur traitement à appliquer au délinquant en vue de favoriser sa réinsertion sociale.

9. L'État d'accueil peut demander un complément d'information s'il considère que les documents fournis par l'État d'envoi ne lui permettent pas d'exécuter les dispositions du présent Traité.

10. Chacune des Parties prend les mesures législatives nécessaires et, le cas échéant, établit les procédures voulues pour donner sur son territoire, aux fins du présent Traité, force juridique aux sentences prononcées par les tribunaux de l'autre Partie.

Article VI

1. L'État d'envoi remet le délinquant à l'État d'accueil en un lieu convenu par les Parties. L'État d'accueil est responsable de la garde du délinquant et de son transport jusqu'à la prison ou à l'endroit où il doit finir de purger sa peine; dans chaque cas et en tant que de besoin, l'État d'accueil demande la coopération de pays tiers en vue du transit du délinquant par leurs territoires. Dans des cas particuliers, les Parties peuvent s'entendre pour que l'État d'envoi apporte son appui à de telles requêtes de transit émanant de l'État d'accueil.

2. L'État d'accueil supporte tous les frais occasionnés par le transfèrement à partir du moment où le délinquant passe sous sa garde.

3. Le délinquant transféré finit de purger sa peine conformément aux lois et procédures de l'État d'accueil. L'État d'envoi conserve cependant le droit d'octroyer un pardon ou une amnistie au délinquant, et celui-ci doit être mis en liberté par l'État d'accueil dès réception de l'avis de pardon ou d'amnistie.

4. L'État d'accueil ne peut en aucun cas augmenter, par sa nature ou par sa durée, la sentence prononcée par l'État d'envoi.

5. À la demande de l'une des Parties, l'autre fournit un rapport sur l'état de l'application de la peine d'emprisonnement d'un délinquant transféré, en vertu du présent Traité, y compris, en particulier, l'état du dossier en matière de libération conditionnelle ou de mise en liberté.

6. Sauf dispositions contraires du présent Traité, le transfèrement sous son régime ne doit entraîner pour le délinquant, en vertu de la législation de l'État d'accueil, aucune perte de droits autre que celle ayant pu intervenir du fait de sa déclaration de culpabilité.

Article VII

L'État d'envoi a seule compétence au regard de tout recours en appel ou en annulation d'un jugement rendu par ses tribunaux. Dès qu'il en est dûment avisé par l'État d'envoi, l'État d'accueil applique toute modification apportée à la peine que purge le délinquant.

Article VIII

Un délinquant transféré en vertu du présent Traité ne peut être arrêté, jugé ou condamné dans l'État d'accueil à l'égard de l'infraction qui est à l'origine de la peine à exécuter.

Article IX

1. Le présent Traité peut être étendu aux personnes soumises à des mesures de surveillance ou autres en vertu de la législation de l'une des Parties relative aux jeunes délinquants. Les Parties doivent, en conformité avec leurs lois, convenir du genre de traitement à accorder à ces jeunes délinquants lors du transfèrement. Le consentement au transfèrement doit être obtenu de la personne légalement autorisée.

2. Aucune disposition du présent Traité ne doit être interprétée comme limitant la capacité que peuvent avoir les Parties, indépendamment du présent Traité, d'accorder ou d'accepter le transfèrement d'un délinquant ou d'un délinquant mineur.

Article X

1. Le présent Traité est sujet à ratification. L'échange des instruments de ratification s'effectuera au Brésil.

2. Le présent Traité entre en vigueur trente (30) jours après l'échange des ratifications et reste en vigueur pendant trois ans.

3. Si aucune des Parties ne notifie l'autre, quatre-vingt-dix (90) jours au moins avant l'expiration de la période de trois ans susmentionnée, de son intention de s'en retirer, le présent Traité demeure en vigueur pour des périodes successives de trois ans.

4. En cas de retrait du présent Traité de l'une ou l'autre des Parties, ses dispositions demeureront valides pour les délinquants qui auront été transférés et ce, jusqu'à ce que leurs peines respectives soient entièrement purgées.

Fait à Brasília, le 15ème jour de juillet 1992, en français, en anglais et en portugais, chaque version faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

MÁRCIO NUNES CAMBRAIA

Pour le Gouvernement du Canada :

BRIAN F. WILKIN

